



OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO ESTADO DO ACRE: alguns apontamentos sobre trabalho e “sustentabilidade”

Karina Furini da Ponte¹
Universidade Federal do Acre

Antonio Thomaz Junior²
UNESP/Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas inquietações oriundas do projeto de doutorado desenvolvido junto ao Centro de Estudo de Geografia do Trabalho (CEGeT) na Universidade Estadual Paulista (UNESP-Presidente Prudente) e tendo como orientador o Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

A partir da década de 1990, o estado do Acre passa a adotar maciçamente políticas públicas com um viés voltado para a proposta de desenvolvimento sustentável orientada pelo mercado e pelo capital. Com isso, surgem várias iniciativas e empreendimentos privados e públicos enquanto forma de apropriação da natureza e do trabalho através de sua mercantilização e também como instrumento de controle social.

Nesse sentido, surge a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri como uma política pública de industrialização do látex extraído no Acre. Além disso, este empreendimento é anunciado como uma bandeira da sustentabilidade no estado e com o objetivo de reativação da economia gomífera possibilitando renda e melhores condições de vida para os seringueiros.

Diante deste panorama, nos colocam algumas indagações: Qual a lógica da política da sustentabilidade implementada pelo estado? Quais os reflexos da política de desenvolvimento sustentável do Acre para com os seringueiros/trabalhadores?

¹ Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC); doutoranda em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente com orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior; bolsista pró-doutoral/CAPES; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).

² Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT.

Assim, tal abordagem nos leva a realizar algumas reflexões em torno do tripé: reestruturação do capital, conflito capital/trabalho e desenvolvimento sustentável para que nos permita compreender as transformações locais bem como sua lógica de construção.

Ao tomar como base a lógica do capital como elemento edificante desta dinâmica se desenha como objetivo compreender as formas de contradição do capital no estado do Acre, enfocando a questão do conflito capital/trabalho e a proposta do desenvolvimento sustentável a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.

Para o desenvolvimento da pesquisa serão realizadas várias atividades a fim de compreender a totalidade da realidade estudada como: atividades de gabinete, com leituras, coleta de dados em fontes secundárias; como também trabalhos in loco com realização de entrevistas com os vários agentes sociais envolvidos no processo - seringueiros, órgãos e dirigentes políticos do estado, diretora e responsáveis pelos processos produtivos da unidade industrial, membros da cooperativa, líderes sindicais e dos movimentos sociais.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEU PROCESSO CONTRADITÓRIO

A partir da década de 1970 evidencia-se uma crise estrutural do sistema do capital resultante de vários fatores que em conjunto tem demonstrado o esgotamento e a incontabilidade do sistema de metabolismo social do capital.

Como resposta a sua crise, iniciou um processo de reestruturação a fim de garantir sua reprodução e expansão. E esses elementos necessários evidenciam sua própria limitação, suas contradições e sua incontabilidade, embora para este trabalho propomos abordar a questão capital/trabalho e a degradação ambiental X desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, a reestruturação ocorre através da produção e do trabalho a fim de recompor sua dinâmica gerando "uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo a margem do processo produtivo, elevando a intensificação dos níveis de desemprego estrutural" (ANTUNES, 2002, p.33)

O sistema do capital se estrutura sobre uma base de contradições necessárias para proteger seus interesses e garantir sua reprodução, com isso, se apropria do antagonismo inconciliável entre capital e trabalho assumindo formas de exploração da atividade laboral.

Mészáros (2007) ressalta ainda que o sistema do capital é antagônico por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital usurpando o poder

de decisão, por isso, o antagonismo é estrutural e o sistema do capital irreformável e incontrolável.

Segundo Antunes (2002, p. 25), “o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero fator material de produção – subvertendo desse modo, não só na teoria, mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto”.

Além disso, passa a considerar apenas a produção generalizada de mercadorias como fator principal relegando o indivíduo, suas necessidades humanas (valores de uso) e o trabalho, pois é apenas a valorização que permite a expansão e a acumulação do sistema do capital, o que resulta no processo de mercantilização universal de todas as dimensões da sociedade.

Tem-se então o trabalho como elemento central na busca pela reestruturação do capital, o que gera conseqüentemente sua exploração e um elevado nível de alienação e precarização em todas as partes do mundo, fazendo com que a força de trabalho se submeta aos imperativos do sistema global.

Por fim, há outro traço constitutivo da reestruturação do capital que diz respeito “a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital”. (ANTUNES, 2002, p.34)

Para efetivar essa lógica de valorização, o sistema do capital subordina e deteriora as relações humanas, principalmente, através do trabalho, como também o ambiente através da busca de recursos naturais para sua transformação em mercadoria e, portanto, a criação do valor de troca.

Tendo em vista esta realidade ambiental mundial cria-se outra contradição do sistema do capital que é a busca pela preservação da natureza através da proliferação do discurso do desenvolvimento sustentável, pois ao mesmo tempo em que serve para demonstrar sua atenção para com as questões ambientais se apropria desta realidade mercantilizando também os produtos florestais e inserindo estas particularidades locais de acordo com a lógica do capital.

Portanto, pode-se demonstrar que a crise estrutural do capital proporcionou uma reestruturação do sistema assentada sobre relações antagônicas e contraditórias, evidenciando ao mesmo tempo suas limitações, dominação e incontrolabilidade.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO UMA CONTRADIÇÃO DO CAPITAL

Ao abordarmos as políticas públicas no estado do Acre, a perspectiva da sustentabilidade é um foco que não deve escapar da análise, pois desde a década de 1990, todas as ações originadas do governo têm como orientação tal proposta. E a Fábrica de Preservativos Masculinos não foge a esta regra.

Devido a importância que esta proposta do desenvolvimento sustentável assume tanto no Acre como para os rumos da dinâmica do capital, se torna relevante realizar uma análise preliminar sobre as bases e a lógica que consolidam sua formulação e disseminação.

Diante da crise do capital, contraditoriamente, o desenvolvimento sustentável é posto como a única saída encontrada para buscar sua reestruturação, pois os outros tipos de desenvolvimento demonstraram-se como verdadeiros fracassos.

Esta associação entre reestruturação do capital e desenvolvimento sustentável vem se consolidando de tal forma que o próprio desenvolvimento das discussões em torno da sustentabilidade vem acompanhando o desenvolvimento histórico global do sistema do capital.

Primeiramente pode-se enfatizar que o surgimento das discussões da proposta de desenvolvimento sustentável converge para o momento de aprofundamento da crise do capital e necessidade de buscar estratégias de reestruturação.

Com isso, a década de 1970 foi um marco a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo (1972), o que possibilitou as discussões e as análises que permitiram a construção do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1980.

Neste período, a ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criou o Nosso Futuro Comum (Relatório de Brundtland). Por meio desse documento se lança a discutir a situação ambiental na qual o mundo se encontra e foi também o primeiro a sistematizar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Na década de 1990 ocorreu o Rio 92 ao mesmo tempo em que se realizaram as negociações da Rodada Uruguai do GATT, hoje Organização Mundial do Comércio (OMC) que se constitui como uma instituição internacional que busca a abertura das fronteiras comerciais e convergem para os interesses das grandes corporações internacionais. (PORTO GONÇALVES, 2006)

Esta convergência influenciou a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável que "acredita que o mercado, se operado livremente é o único meio concebível de alcançar o desenvolvimento sustentável". (PORTO GONÇALVES, 2006, p.301-302).

Esse desenvolvimento sustentável fundamenta o discurso que torna sustentável o crescimento econômico através de mecanismos de mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não incorporou as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça e democracia). (LEFF, 2006).

Como resultado tem-se que este desenvolvimento sustentável foi construído a partir da proposta de mercantilização da natureza nos quais os elementos da natureza passam a incorporar um valor econômico.

Esse processo de mercantilização da natureza é uma alternativa construída para atrelá-la ao metabolismo do capital como uma forma de apropriação da natureza pelo capital no qual através do trabalho a transforma em mercadoria.

Além disso, há uma apropriação do conhecimento das populações tradicionais e ao mesmo tempo uma adaptação ao sistema de produção capitalista, pois o trabalho, na sua realização, não corresponde apenas ao gasto de energia para a produção de mercadoria, mas envolve também o conhecimento, o saber fazer.

Outra questão necessária para compreender a proposta da sustentabilidade na escala global/local é o imperativo do controle do território para garantir o suprimento da demanda por recursos naturais para a produção de mercadorias. Nesse sentido, a globalização possibilita com que a produção de mercadorias não ocorra em um mesmo local, o que implica as diversas tramas e redes deste jogo construindo territorialidades diferenciadas de quem produz, de quem consome e de quem comanda.

Esta complexa rede envolve espaço e poder que se articulam para constituir diversas territorialidades amarradas à lógica global do capital. E é a partir desta articulação que vão se desenhando formas e instrumentos construídos pelo sistema a fim de garantir seu controle sobre a sociedade e assim permitindo sua acumulação e expansão.

Esta trama é articulada a partir de diversos agentes sociais que se estabelecem na escala global como as grandes corporações transnacionais, organismos multilaterais (BM, FMI, OMC, BID) como também as ONGs responsáveis por estabelecer a articulação entre Estado e escala local.

Além de responder à lógica do capital enquanto instrumento de reativação econômica, o desenvolvimento sustentável também representa uma forma de controle social, pois permite a manutenção da ordem social e estabelece o domínio sobre a sociedade, pois “diante [...] de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p.993)

Neste sentido, a lógica do capital cria manipulações que acabam não resolvendo os problemas, mas agravando e direcionando de acordo com seus objetivos.

Segundo Leff (2006, p.124), a proposta do desenvolvimento sustentável acaba "não representando a realidade, mas a simula; e, ao simulá-la a constrói à sua imagem e semelhança", ou seja, a sustentabilidade é uma forma utilizada pelos povos da floresta bem antes da introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, portanto, este modo de vida é incorporado pelo capital que o adequa a seus princípios, resultando no novo "desenvolvimento sustentável".

Ainda, segundo Mészáros (2002, p.995) há um falseamento da crise "não apenas ignorando as manifestações de conflito até o último instante, como também deturpa seu significado após sua ocorrência. Quando os conflitos já não podem ser ocultados são tratados meramente como efeitos divorciados de suas causas".

Ou seja, demonstram que a crise ambiental é resultado do próprio desenvolvimento da sociedade, como também se o problema fosse da sociedade, pois é ela que será responsável por resolver os problemas mudando seus hábitos e padrões. Com isso, não demonstra que a degradação ambiental é resultado do sistema do capital na busca de sua expansão e acumulação.

O desenvolvimento sustentável imposto pode ser identificado a partir dos propósitos de outros tipos de desenvolvimento estabelecidos na sociedade atual, pois estas políticas buscam garantir o controle social, sendo colocada como uma verdade incontestável; fortalece os princípios econômicos, sociais e políticos da sociedade capitalista; é posto como a única opção possível de articulação social; são funcionais a reprodução e acumulação desigual do capital e não proporcionam uma melhora na situação da maioria da população. (GÓMEZ, 2006)

Além disso, Mészáros (2003) e (2007) afirma que o desenvolvimento sustentável, a partir da proposta de gestão local e com vistas ao avanço das necessidades sócio-ambientais é incompatível dentro do sistema do capital, por isso, se utilizam de um conceito que na realidade se efetiva através de outros princípios.

E assim, o desenvolvimento sustentável vai se estruturando enquanto instrumento que garante a acumulação do capital e controlando a sociedade para atingir suas finalidades através da contradição capital/trabalho e da produção de valor de troca dos recursos naturais.

Portanto, a proposta do desenvolvimento sustentável representa uma saída para a continuidade de seu processo de acumulação demonstrando uma contradição essencial para seu desenvolvimento. E neste processo como o trabalho e a natureza são importantes fontes de riqueza, a reestruturação do capital os apropria estruturando de acordo com sua lógica produtivista.

O CONFLITO CAPITAL/TRABALHO PARA OS SERINGUEIROS ENVOLVIDOS COM A FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI

Para alcançar o processo de reestruturação do capital são criadas várias estratégias contraditórias, mas necessárias para retomar seu processo de expansão. O desenvolvimento sustentável como um fio condutor da lógica desenvolvimentista permeia os territórios, principalmente, aqueles voltados às questões da natureza enquanto vida e agora como mercadoria.

Dentre outros componentes imprescindíveis, o trabalho encontra-se como elemento central na busca pela reestruturação do capital, o que pode ser evidenciado pelo elevado nível de exploração, alienação e precarização das várias dimensões do trabalhador.

Nesse sentido, ao pensar no seringueiro enquanto sujeito abordado nesta pesquisa podemos compreendê-lo nesta trama contraditória construída pelo capital a partir da relação capital/trabalho.

E ao abordar as formas de exploração e precarização do seringueiro/trabalhador podemos identificar várias situações que, apesar da especificidade dos seringueiros acreanos que fornecem látex para a fábrica de preservativos, não diverge da dinâmica geral do conflito capital/trabalho.

Um elemento relevante para pensar o seringueiro enquanto trabalhador, diz respeito ao conhecimento intrínseco do sujeito sobre a atividade realizada. Assim, focar o trabalho não somente a partir do dispêndio físico na transformação da matéria, mas do conhecimento e o saber que envolve este processo.

Isso posiciona o seringueiro no centro de uma atividade de extração e produtiva, neste caso do látex, que somente o conhecimento adquirido culturalmente de tal processo permite que ele faça parte. Portanto, sua inserção não ocorre somente pela condição de trabalhador que detém força de trabalho para realizar determinada atividade, mas também pelo conhecimento do processo de extração que compõem o universo do seringueiro/trabalhador.

O seringueiro/trabalhador assume uma centralidade através de seu trabalho dentro do sistema produtivo do capital, posição esta em que o capital busca anular e alienar posicionando-o como elemento secundário.

A extração do látex requer conhecimento das condições naturais da seringueira, corte e armazenamento do látex, noções de localização na floresta dentre outras exigências aprendidas no cotidiano da vida dos seringueiros.

Com isso, a apropriação do trabalho e do conhecimento se torna imprescindível através da habilidade no corte da seringueira para se extrair o látex, fator importante para o processo produtivo.

O conhecimento no trato com a seringueira e com a atividade produtiva envolve também a organização territorial e laboral do seringueiro. Sua rotina diária compõe um arranjo e uma divisão do trabalho com sua família que permite sua reprodução enquanto seringueiro e, portanto, cultural.

Ao fornecer látex para a Preservativos NATEX, o trabalho de extração passa a ser adaptado de acordo com as exigências da unidade industrial. Com isso, houveram várias palestras a fim de padronizar seu processo de trabalho com relação a tempo e horário trabalhado, forma de coleta do látex, instrumentos utilizados, tudo a fim de seguir as exigências estabelecidas pela unidade industrial.

O látex para a produção de preservativos necessita que esteja em estado líquido, para isso, houve uma mudança em sua rotina diária de trabalho. Primeiramente, porque a sangria (corte) e a coleta devem ser feitas no mesmo dia para que o látex não coagule. Isso exige o dispêndio de um dia todo de trabalho em função desta atividade.

Anteriormente a vinculação com a fábrica de preservativos, muitos seringueiros produziam o CVP (Cernambi Virgem Prensado), que seria uma prancha de borracha coagulada vendida para indústrias pneumáticas, em que a rotina de trabalho permitia a sangria da seringueira e a coleta em períodos diferenciados. Assim, possibilitava ao seringueiro se dedicar a outras atividades em sua colocação .

Outra alteração em sua organização do trabalho é a introdução do uso da amônia a fim de conservar o látex em estado líquido. A fábrica oferece baldes de 30 litros com uma quantidade de amônia com concentração de 28% para que cada seringueiro, ao retornar da extração, possa armazenar o látex nestes recipientes.

Sem contar que a amônia é um produto tóxico e que pode causar doenças a partir de sua inalação, caso não haja cautela em seu manuseio. Ressaltando que não há equipamentos de segurança e proteção disponibilizados para realizar tal atividade.

Além da falta de proteção, não há exames médicos oferecidos aos seringueiros como forma de acompanhamento quanto ao uso da amônia.

Ao se adequar as novas exigências da fábrica passa a ter uma nova rotina de trabalho modificada e comandada a fim de seguir ao padrão tempo e qualidade do látex. Isso representa uma forma de alienação de seu trabalho que já não pertence mais ao seringueiro, mas a própria unidade fabril.

Com isso, o conhecimento passa a ser a base essencial da produção e que ao mesmo tempo se torna necessário uma adequação a fim de ampliar a margem de produtividade. É a apropriação e adaptação do conhecimento por meio da rotina de trabalho dos seringueiros.

E neste processo de adaptação das rotinas de trabalho que intensifica sua precarização e aumenta os níveis de exploração.

Castro (1999, p. 33) ressalta a importância do conhecimento e dos saberes dos povos tradicionais que permanecem diante do imperativo da produção com base científica e tecnológica, ao afirmar que tais “saberes têm atualizado processos de trabalho e padrões de gestão que continuam a compor o cotidiano da produção de muitas regiões, como a Amazônia.”

Não somente permanecem estas formas de organização como são necessárias para a dinâmica do capital, na qual a apropriação só ocorre devido aos saberes intrínsecos e acumulados sobre tal território, elementos constituinte do trabalho do seringueiro.

Observa-se que na Amazônia, o conhecimento vem assumindo um fator importante na composição do valor e como elemento de produção dentro da lógica do capital.

Outra questão relevante evidenciada na relação capital/trabalho que envolve os seringueiros refere-se ao que Alves (2010) denomina de “captura” da subjetividade que envolve diretamente o ser indivíduo e o ser social tanto dentro de seu espaço de trabalho como de vida, manipulando a subjetividade a favor do capital.

Quando se pensa que o domínio e a coerção ocorrem tanto no espaço do trabalho quanto de vida, para os seringueiros não há esta separação, pois o trabalho e a vida acontecem no mesmo espaço enquanto dimensões complementares de sociabilidade e de formação do indivíduo enquanto ser social e político. A cultura seringueira não dissocia trabalho e vida, já que ambos são elementos intrínsecos da composição cultural.

Desta forma, a manipulação e a precarização do trabalho e do homem que trabalha ocorrem com maior intensidade e afeta de forma certa a subjetividade deste indivíduo e de sua coletividade.

O processo de estranhamento e alienação também é evidenciado para os seringueiros do estado do Acre envolvidos com a Fábrica de Preservativos Masculinos a partir da ruptura estabelecida entre os sujeitos e o processo produtivo, pois os seringueiros são incorporados apenas como um elo, nos quais se encontram em uma ponta a partir do oferecimento da matéria-prima para a unidade e nem sequer tem a real dimensão da totalidade envolvida.

O processo produtivo do látex, no qual eles fazem parte, não é de conhecimento dos seringueiros, como também os resultados finais não apresentam retorno para os mesmos. Por isso, pode-se evidenciar na trama que envolve os seringueiros a alienação e o estranhamento como parte desta dinâmica.

Além disso, a precarização do trabalho também compõe um universo presente na realidade seringueira principalmente na forma da precariedade salarial tomando como base o retorno financeiro ao trabalho despendido com a atividade da extração do látex.

Segundo entrevista com Dirley Berch, diretora da Preservativos Natex, o valor pago pelo kg da borracha para o 1º semestre de 2011 estava em R\$5,00; já o CVP (borracha coagulada) chega a R\$3,00.

Ao observar este cálculo percebe-se nitidamente a diferença de valores pagos pelo kilo da borracha entre os dois tipos de produto, o que leva a concluir precipitadamente que houve uma melhora em termos de remuneração para o látex oferecido a Preservativos Natex, mas se analisamos detalhadamente veremos que este raciocínio não se aplica.

Um ponto crucial para esta compreensão diz respeito ao trabalho exigido para estas diferentes atividades. A exigência de trabalho para a extração do látex líquido é maior se comparado a produção de CVP.

A produção do látex líquido requer que a sangria e coleta sejam realizadas no mesmo dia, o que prende o seringueiro apenas para esta atividade ao percorrer 25 km ao dia para fazer todo o trajeto, o que significa dar duas voltas na estrada de seringa, ou seja, uma para cortar e outra para coletar. Nesse percurso leva nas costas uma estopa com todos os instrumentos necessários para seu trabalho, além do saco com o látex líquido, o que pode variar de 15 a 20 litros.

Já para a produção do CVP toda a atividade não necessita ser realizada no mesmo dia, o que desobriga o seringueiro para outras atividades. Então, para este tipo, a rotina de trabalho do seringueiro leva a metade do período utilizado para a coleta de látex líquido. Assim, em termos financeiros o valor é maior para o látex líquido, mas a rotina de trabalho também sofre uma intensificação.

Além disso, há a defasagem dos valores anteriores e o atual. Em entrevista realizada com um seringueiro sobre esta comparação da situação de vida antes com a produção do CVP e agora a partir do vínculo com a Preservativos Natex, o mesmo afirma que hoje recebe mais pelo produto vendido, embora os preços do mercado (alimentação básica) subiram, por fim, acaba não dando muita diferença em termos de melhora na renda familiar.

Outra forma de exploração denotada a partir do trabalho de campo realizado nos Seringais Cachoeira, Equador e Nazaré no município de Xapuri refere-se a forma de pesagem e pagamento do látex, pois apesar de entregarem na forma líquida, os seringueiros recebe como borracha seca.

Para a realização da pesagem coleta-se 5 gramas do látex do seringueiro que é aquecida para retirar toda água contida e assim ficar na forma sólida para a

pesagem. Este sistema pode gerar equívocos nesta transferência de sistema de pesagem.

Neste sentido, muitos seringueiros reclamam da forma adotada pela fábrica, pois seu produto rende menos que antes e assim, a remuneração é menor. Um seringueiro entrevistado afirmou que, “antes da fábrica 100 litros de látex dava 80 kg de borracha seca e agora com a fábrica dá 50 kg, ou seja, a fábrica comeu 30 kg que é recebido por ela e não pago”

Segundo Alves (2010), outro artifício construído pela dinâmica do capital refere-se a dessubjetivação de classe que são suas estratégias para restringir e eliminar o desenvolvimento da consciência de classe e, conseqüentemente, o processo de luta. Diante do sistema metabólico do capital as formas de organização coletiva dos trabalhadores são vistas como possibilidades de articulação e coesão de classe e de colocar em prática a sua dimensão econômica/política e social.

Dentre estas formas de organização coletiva pode-se pensar nas cooperativas e associações enquanto elementos articuladores das demandas dos trabalhadores não como uma forma de ir contra a lógica do capital, mas de buscar seu lugar diante do processo de produção e circulação.

Mas na realidade abordada, o cooperativismo é uma forma de subordinação do capital para com o seringueiro, utilizando-a apenas como uma etapa produtiva para a organização da produção de preservativos.

A Preservativos Natex não mantêm vínculo direto com os seringueiros, esta intermediação é realizada pela Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) que tem a função de realizar toda a logística entre produtor/extrator e fábrica.

Neste caso, a cooperativa é apenas um elo de ligação da cadeia produtiva estabelecendo uma relação entre seringueiro (extrativista) e fábrica (produção), pois é uma forma contratual realizada pela unidade industrial fugindo aos princípios cooperativos e beneficiando a estrutura industrial e não aos seringueiros envolvidos.

Portanto, apesar da Preservativos NATEX ser uma política pública em que não há a comercialização de seus produtos e não há envolvimento direto de empresas privadas percebe-se formas de precarização do trabalho e do homem que trabalha, de alienação e estranhamento e diversos formatos de exploração que apesar de suas formas intrínsecas ao capital apresenta especificidades que em conjunto compõe a totalidade de sua lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise estrutural do capital, resultante de suas próprias limitações, provocou uma reorientação de suas ações a fim de garantir sua expansão e acumulação. Deste modo, um novo processo de reestruturação foi se territorializando na escala global a partir da apropriação de espaços e relações.

Essa reestruturação tem ocasionado várias conseqüências como resultado de seu processo contraditório. Dentre elas propõem-se focar o "antagonismo" da degradação ambiental e por outro lado o desenvolvimento sustentável que começa a fazer parte de territórios não como salvação das mazelas sócio-ambientais, mas como parte integrante da dinâmica do capital. Além disso, a contradição capital/trabalho também faz parte do leque de estratégias de reestruturação do capital.

Ao abordar o desenvolvimento sustentável como pano de fundo para a construção de políticas públicas no Acre, tem-se a princípio enquanto forma de controle social, por meio do qual o estado garante seu poder de manipulação e ordenação do território. Além disso, representa uma estratégia política para demonstrar a "proximidade com a sociedade" e com anseios dos povos da floresta, embora seja uma falácia construída pelo capital.

Ao adotar este tipo de desenvolvimento, garante a obtenção de financiamentos externos, necessários para a construção de novos projetos, tendo em vista a falta de investimentos nacionais para os diversos setores, o que leva a uma brecha para a entrada de órgãos internacionais no território nacional e ao mesmo tempo uma dívida que deverá ser paga a critério do financiador.

Como já mencionado, a sustentabilidade funciona como um meio encontrado pelo estado para afirmar o atendimento aos anseios da população, neste caso dos seringueiros, ao propagar, de forma geral, a melhoria das condições de vida e aumento da renda a partir dos produtos extrativistas de forma a garantir a preservação futura.

Através das evidências empíricas, não foi verificado um aumento significativo de renda para as famílias, pois o valor pago pelo preço da borracha não corresponde ao gasto de trabalho despendido. Além das formas de exploração e precarização do trabalho, tanto pela rotina diária de trabalho, pouco retorno financeiro e manuseio de substâncias tóxicas. Assim, não foi verificada uma melhora nas condições materiais de vida.

Portanto, apesar de ser uma política pública vinculada a figura do estado, não diverge dos princípios do capital que busca a manipulação/controla da sociedade e da natureza a favor de sua reprodução tanto política, ideológica, estratégica e econômica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010 (no prelo)

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 1, p.31-50, dez/1999.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O século XXI. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Contato com o autor: karinaponte211@hotmail; thomazjr@gmail.com

Recebido em: 08/04/2012

Aprovado em: 15/06/2012